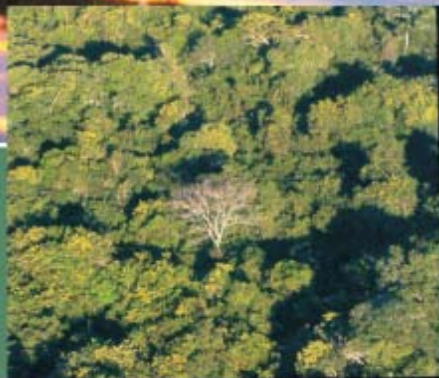




Ministério do Meio Ambiente

Perspectivas Estruturais da Comercialização de Produtos Florestais

Jefferson D. Garcia



PNF
Programa Nacional
de Florestas

República Federativa do Brasil

Presidente: Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidente: Marco Antonio de Oliveira Maciel

Ministério do Meio Ambiente

Ministro: José Carlos Carvalho

Secretária-Executiva: Mônica Libório

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Secretário: José Pedro de Oliveira Costa

Diretor do Programa Nacional de Florestas: Raimundo Deusdará Filho

***Perspectivas Estruturais
da Comercialização de
Produtos Florestais***

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Diretoria do Programa Nacional de Florestas

Projeto de Uso Sustentável dos Recursos Florestais

Gerente: Newton Jordão Zerbini

Projeto de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas

Gerente: Hélio dos Santos Pereira

Apoio

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Department for International Development – DFID

***Ministério do Meio Ambiente – MMA
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF
Programa Nacional de Florestas – PNF***

***Perspectivas Estruturais
da Comercialização de
Produtos Florestais***

Jefferson D. Garcia

Brasília
2002

Ministério do Meio Ambiente
Centro de Informação e Documentação Luís Eduardo Magalhães – CID
Esplanada dos Ministérios - Bloco B - térreo
70068-900 Brasília-DF
Tel.: 55 61 317 1235
Fax: 55 61 224 5222
e-mail: cid@mma.gov.br

Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Diretoria do Programa Nacional de Florestas
Esplanada dos Ministérios - Bloco B - 7º andar
70068-900 Brasília - DF
Tel.: 55 61 317 1140
Fax: 55 61 317 1493
e-mail: pnf@mma.gov.br

Copyright 2002 © by Jefferson D. Garcia

Garcia, Jefferson D.

Perspectivas estruturais da comercialização de produtos florestais /
Jefferson D. Garcia -- rev. -- Brasília : Ministério do Meio Ambiente,
2002.

71 p. ; 15 X 21 cm.

1. Recursos Florestais - Comercialização. I. Título.

CDU 630*7
CDD 333.75

***Conceitos emitidos e informações prestadas neste trabalho são de
inteira responsabilidade dos autores***

Sumário

1. Apresentação	11
2. Sumário Executivo	12
2.1. Potenciais Mudanças no Âmbito Nacional	12
2.1.1. Perspectivas Macroeconômicas	12
2.1.2. Perspectivas Setoriais	13
2.2. Potenciais Mudanças no Âmbito Internacional	15
2.2.1. Perspectivas Macroeconômicas	15
2.2.2. Perspectivas Setoriais	17
2.3. Efeitos Esperados no Comércio	21
2.3.1. No Âmbito Nacional	21
2.3.2. No Âmbito Internacional	22
3. Potenciais Mudanças Estruturais	24
3.1. Âmbito Nacional	24
3.1.1. Perspectivas Macroeconômicas	24
3.1.2. Perspectivas Setoriais	27
3.1.2.1. Formas de Acesso ao Recurso	28
3.1.2.2. Perfil dos Investimentos Industriais	33
3.1.2.3. Consumo e Consumidor	37
3.2. Âmbito Internacional	43
3.2.1. Perspectivas Macroeconômicas	43
3.2.1.1. Economia nos Principais Centros Consumidores	44
3.2.1.2. Acordos de Comércio	45

3.2.2. Perspectivas Setoriais	48
3.2.2.1. Acordos e Outros Instrumentos de Implicação Setorial	48
3.2.2.2. Consumo e Consumidor	50
3.2.2.3. Outros Fatores	55
4. Efeitos no Comércio de Produtos Florestais	57
4.1. No Âmbito Nacional	57
4.1.1. Aspectos Macroeconômicos	57
4.1.2. Acesso ao Recurso	57
4.1.3. Desregulamentação	58
4.1.4. Investimentos e Perfil	59
4.1.5. Demanda e Exigências dos Consumidores.....	59
4.2. No Âmbito Internacional	60
4.2.1. Economia nos Principais Centros.....	60
4.2.2. Acordos de Comércio e Globalização	60
4.2.3. Acordos Setoriais	61
4.2.4. Demanda e Mercado Global	61
4.2.5. Exigências do Consumidor e Certificação	62
5. Conclusões.....	63
Bibliografia.....	66

Abreviaturas

<i>CADR</i>	Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional
<i>CAE</i>	Comissão de Assuntos Econômicos
<i>CAPR</i>	Comissão de Agricultura e Política Rural
<i>CCTCI</i>	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
<i>CDCMAM</i>	Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias
<i>CDUI</i>	Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior
<i>CEIC</i>	Comissão de Economia, Indústria e Comércio
<i>CESP</i>	Comissão Especial
<i>CFFC</i>	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
<i>CFT</i>	Comissão de Finanças e Tributação
<i>CREDN</i>	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
<i>DIY</i>	do-it-yourself
<i>DMEC</i>	Developing Market Economies and China
<i>EC</i>	European Commission
<i>EU</i>	European Union
<i>FSC</i>	Forest Stewardship Council
<i>GSP</i>	Generalized System of Preferences
<i>HS</i>	Harmonized Commodity Description and Coding System
<i>mdc</i>	metros cúbicos de carvão
<i>MDF</i>	Medium Density Fiberboard
<i>NAFTA</i>	North American Free Trade Area
<i>OECD</i>	Organization for Economic Cooperation and Development
<i>OSB</i>	Oriented Strand Board
<i>RTA</i>	Ready to assemble (móveis)
<i>SITC</i>	Standard International Trade Classification
<i>SPWP</i>	Secondary Processed Wood Products
<i>UNADAF</i>	UN New Agenda for the Development of Africa

<i>UNCED</i>	United Nations Conference on Environment and Development
<i>UNCTAD</i>	United Nations Conference on Trade and Development
<i>UNDP</i>	United Nations Development Programme
<i>UNPAAERD</i>	United Nations Programme of Action for African Economic Recovery and Development
<i>WWF</i>	World Wide Fund for Nature



Apresentação

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), em conjunto com o IBAMA, estabeleceu um acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) visando o desenvolvimento do Projeto “Agenda Positiva para o Setor Florestal no Brasil”. O projeto tem como objetivo geral “potencializar a contribuição dos recursos florestais no desenvolvimento social e econômico do Brasil, assegurando o seu uso sustentável e, ao mesmo tempo, a conservação da qualidade ambiental”.

Considerando-se os diversos estudos e documentos preparados nos últimos anos, especialmente o diagnóstico setorial, e com vistas a levar adiante as estratégias definidas pelo Ministério do Meio Ambiente, entendeu-se fundamental o desenvolvimento de um conjunto de instrumentos de política no nível federal.

O presente documento, realizado em 1997, intitulado “Perspectivas Estruturais”, visa contribuir com o objetivo geral estabelecido, através da apresentação das principais mudanças estruturais do setor florestal, tanto no nível nacional quanto internacional, e que poderão afetar o comércio de produtos florestais do Brasil.

Esta publicação foi viabilizada pelo Programa Nacional de Florestas (PNF), no âmbito do Componente 1 do Projeto Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo).

RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO
Diretor do Programa Nacional de Florestas



Sumário Executivo

2.1. Potenciais Mudanças no Âmbito Nacional

2.1.1. Perspectivas Macroeconômicas

No que concerne às recentes mudanças estruturais ocorridas no País, não poderia deixar de ser citado o Plano Real, o divisor de águas entre a era inflacionária dos anos 80 e a estabilidade econômica dos anos 90.

Outras previsões de mudanças acompanharam a implementação do Plano Real. Entre elas, as mais relevantes são as reformas administrativa, tributária e previdenciária. Essas são metas do Governo para garantir a estabilidade e, conseqüentemente, a atratividade do Brasil no mercado internacional.

A reforma administrativa tem sido um processo lento, de difícil aceitação, pelo fato de envolver a estabilidade do funcionalismo público. Dificuldades também fazem parte da reforma previdenciária, na qual o Governo tenta negociar com os setores envolvidos, em troca de uma situação com resultados mais favoráveis ao sistema previdenciário e, logicamente, ao País.

O desequilíbrio das contas da União, Estados e Municípios, pode ser considerado o principal entrave ao desenvolvimento econômico do País. A questão das finanças públicas, impelida pela política dos juros altos, se torna senão o maior, um dos principais desafios de caráter estrutural a ser solucionado.



2.1.2. Perspectivas Setoriais

Política Setorial

Através da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, o Governo deverá implementar ações para o desenvolvimento daquela região, seguindo os princípios de sustentabilidade e definindo novos rumos de atuação. Os procedimentos a serem adotados observam os seguintes aspectos:

- tratamento da questão amazônica como questão nacional;
- incorporação da variável ambiental ao planejamento estratégico nacional e suas repercussões na Amazônia;
- adoção de ações integradas, articulando de forma conjunta os setores públicos e privados;
- busca de resultados práticos para o desenvolvimento da região, promovendo o aquecimento da economia local, tendo como base a utilização sustentada de seus recursos naturais.

Acesso ao Recurso

Atualmente o Brasil possui mais de 12 milhões de hectares em áreas de Florestas Nacionais, concentrados principalmente na Região Norte do País. Essas Florestas são passíveis de exploração e possuem potencial para fornecimento de matéria-prima.

Segundo esse contexto, os debates em torno da possibilidade de concessões florestais estão sendo aprofundados. O suprimento de matéria-prima a partir das fontes públicas, ou seja, das florestas nacionais, tende a ser uma alternativa à aquisição de terras ou à própria compra de matéria-prima de terceiros.

Desregulamentação

Outro aspecto que merece ser destacado é a necessidade de desregulamentação no setor florestal, em virtude das exigências atuais quanto a documentos, autorizações, guias e outros. Os produtores não são incentivados a produzir devido ao excesso de



burocracia, que tem se constituído no principal entrave à implantação de novas florestas.

Investimentos e Perfil

Com relação aos investimentos industriais de base florestal no Brasil, estão concentrados basicamente nos setores de papel e celulose e no setor de produtos de madeira sólida, mais especificamente o setor de painéis de madeira.

Os investimentos em curso, ou seja, aqueles planejados e em execução apresentam modificações principalmente quanto ao porte (maiores volumes de investimentos) e perfil (contemplando tecnologia de ponta).

Demanda e Exigências do Consumidor

Com relação às perspectivas de demanda dos produtos de origem florestal, apresenta-se a seguir de forma pontual alguns comentários:

- o consumo de carvão de origem nativa deverá observar reduções; situação contrária deverá ocorrer com o carvão de espécies plantadas;
- o consumo de madeira serrada deverá aumentar nos próximos anos;
- o consumo de compensados para a indústria de móveis e construção civil deverá observar reduções pelo fato de ser alvo de substituições, pelo MDF no caso de móveis e pelo OSB na construção civil;
- o consumo de chapas duras de fibra e aglomerado, deverá aumentar com taxas superiores a 2% ao ano;
- o aumento da capacidade produtiva das empresas do ramo de papel e celulose deve se refletir no incremento do consumo.

O preço é um dos fatores preponderantes no momento da aquisição de produtos pelo consumidor, seja o consumidor final, seja o que adquire para reprocessamento. Outro fator preponderante é a qualidade, pois os



consumidores abdicam do fator preço, certificando-se de que, na aquisição dos produtos, não observarão deficiências qualitativas.

A certificação além de acarretar elevação de custos para a empresa, não se traduz necessariamente na ampliação do mercado no âmbito doméstico, mas pode facilitar a aceitação e a venda dos produtos no mercado externo.

2.2. Potenciais Mudanças no Âmbito Internacional

2.2.1. Perspectivas Macroeconômicas

Economia nos Principais Centros

A economia japonesa, recentemente afetada pela crise asiática, possui capacidade e recursos necessários para a retomada do desenvolvimento. Recentemente, o governo promoveu mudanças na área econômica e financeira, visando ao estímulo do consumo.

No continente europeu, a situação é de expansão econômica e em 1998 deve-se verificar um crescimento médio de 3%. Essa tendência deve perdurar pelo menos nos próximos dois anos. A instituição da moeda única contribuiu para a diminuição das taxas de juros e da inflação.

A economia norte-americana observou recentemente uma diminuição no comércio e nos investimentos, movimento que deve permanecer até o começo de 1999. A combinação de superávit nos orçamentos federal e estaduais, segurança da moeda e redução das taxas de juros de longo prazo formam as expectativas positivas para os Estados Unidos.

Acordos de Comércio e Globalização

Atualmente os grandes centros consumidores estão concentrados em blocos econômicos, cujo objetivo é o estabelecimento de relações privilegiadas entre si, atuando de forma conjunta no mercado internacional.



Os acordos de livre comércio atualmente existentes envolvem a maioria dos países influentes de cada continente. As configurações dos blocos econômicos tomam por base a situação geográfica na qual os países se encontram. A seguir apresentam-se alguns comentários a respeito dos blocos econômicos existentes.

- **Alca** - Área de Livre Comércio das Américas, envolve todos os governos das Américas, exceto Cuba.

- **Apec** - Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico. Os membros decidiram transformar o Pacífico em uma área de livre comércio.

- **Asean** - Associação das Nações do Sudeste Asiático. Objetiva eliminar as barreiras econômicas e alfandegárias entre os países membros.

- **Caricom** - Mercado Comum do Caribe. Fomenta a cooperação econômica entre os membros, coordena a política externa e formula projetos comuns na área de saúde, educação e comunicação.

- **CEI** - a Comunidade dos Estados Independentes. Formada a partir das repúblicas da antiga União Soviética, objetiva manter a associação entre as ex-repúblicas e integrá-las à nova ordem mundial.

- **MERCOSUL** - Mercado Comum do Sul. Bloco econômico que institui uma zona de livre comércio na América do Sul. Em 1995 o Mercosul assinou um acordo de cooperação inter-regional com a União Européia.

- **Nafta** - Acordo de Livre-comércio Norte-Americano. Estimula o comércio entre os países membros, através da eliminação gradativa de tarifas e barreiras alfandegárias.

- **Pacto Andino** - Objetiva o desenvolvimento dos países-membros por meio da integração econômica e social.

- **União Européia** - A Comunidade Econômica Européia. Bloco formado por 15 países da Europa Ocidental, que prevê um mercado interno único e um sistema financeiro e bancário comum, inclusive com moeda própria.



O processo de globalização, através da integração dos mercados, está permitindo aos países o abandono gradativo de barreiras tarifárias para a proteção de seus mercados, abrindo-se ao comércio e ao capital internacional.

Outro ponto importante do fenômeno da globalização são as modificações nos modos de produção, auxiliadas pelas facilidades de comunicação e transporte, além da rapidez do setor financeiro, que auxilia na movimentação dos capitais.

Com relação aos demais acordos no comércio internacional de madeira, ressaltam-se o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), atual Organização Mundial do Comércio (OMC), e a Convenção Internacional de Comércio de Espécies Ameaçadas de Extinção (CITES), que possuem, em diversas situações, agendas diferenciadas. A OMC atua na direção da liberalização total do comércio internacional, inclusive o de madeiras tropicais. A CITES tem o objetivo de proteger espécies ameaçadas restringindo o comércio.

2.2.2. Perspectivas Setoriais

Acordos Setoriais

Basicamente o único instrumento internacional de aplicação direta no comércio setorial é o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais (ITTA). O principal objetivo deste acordo é a promoção do comércio internacional de madeiras tropicais provenientes de florestas manejadas de forma sustentada.

Através do estabelecimento do Painel Intergovernamental de Florestas (IPF) em 1995, atual Fórum Intergovernamental de Florestas (IFF), foram intensificadas as discussões internacionais sobre florestas. Neste âmbito, estão sendo discutidos os aspectos de comércio e as relações com o meio ambiente. É possível que em breve haja um acordo em torno de uma convenção sobre florestas.

No caso das madeiras tropicais, há influência do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais (ITTA), que prevê a promoção do comércio internacional de madeiras provenientes de florestas



manejadas de forma sustentada.

Aspectos de Demanda

O mercado mundial de produtos de madeira apresenta a perspectiva de crescimento. Casos como o da Ásia, em que o déficit de madeiras a curto e médio prazos deverá se acentuar, reforçam a tendência de crescimento do mercado global.

No caso do comércio internacional (importações x exportações), a expectativa é que deverá crescer a taxas ainda maiores que o crescimento do mercado. Países como Chile, Brasil e Nova Zelândia, vêm aumentando significativamente sua participação no comércio internacional, devido à alta competitividade que as florestas plantadas de rápido crescimento proporcionam.

A seguir apresentam-se de forma pontual, as perspectivas referentes ao setor de produtos de origem florestal em países selecionados, dentre os quais Estados Unidos, Canadá e Japão:

Estados Unidos

O mercado de produtos de madeira nos Estados Unidos, apresenta as seguintes tendências:

- a demanda por madeira serrada continua crescente;
- as importações de madeira serrada em 1997 apresentaram crescimento de 3% em relação ao ano anterior;
- o consumo de painéis de madeira deve permanecer estável em 1998;
- a produção de compensado em 1997 foi 7% menor do que em 1996;
- a produção de OSB aumentou 11% em 1997 em relação a 1996;
- as exportações de compensado e OSB aumentaram 37% e 33%, respectivamente.



Canadá

A indústria de madeira serrada do Canadá tem sido extremamente afetada pelos seguintes aspectos:

- baixa demanda na Ásia, que é seu principal mercado;
- alto custo da madeira, principalmente a proveniente de áreas do governo;
- redução de cotas estabelecidas pelo mercado dos Estados Unidos;
- redução dos preços de produtos no mercado dos Estados Unidos;
- o consumo de compensado cresceu 16% em 1997 em relação a 1996;
- apesar dos embarques de compensado terem crescido 1,5% em 1997, outros mercados apresentaram enfraquecimento, como no caso do Japão;
- o aumento de capacidade de produção de OSB em 20%.

Japão

Os principais indicadores para a indústria de base florestal japonesa são apresentados a seguir:

- a perspectiva é de que não haverá crescimento do PIB em 1998;
- a construção civil registrou queda durante 15 meses consecutivos desde o início de 1997, porém deve permanecer no nível atual;
- os preços de produtos de madeira continuam baixos e há expectativa de que ainda ocorra redução dos níveis atuais de preços;
- os estoques de madeira serrada e compensado continuam altos;
- outros países do Sudeste da Ásia, fornecedores de toras,



madeira serrada e compensado, continuam a oferecer preços bastante competitivos;

- as importações de compensado permaneceram estáveis em 1997.

Exigências do Consumidor

O preço continua sendo fator determinante na preferência do consumidor, mas os aspectos de qualidade têm importância cada vez maior. Atualmente, existe a preocupação das empresas em melhorar a qualidade de seus produtos a custos menores.

Neste sentido, a adoção de produtos como o MDF e o OSB pela indústria de produtos de maior valor agregado, em particular a de móveis, tem substituído a madeira sólida e os painéis compensados com sucesso.

Com referência às exigências relacionadas ao meio ambiente, existem países mais sensíveis a este componente como Holanda, Alemanha, Reino Unido e outros, enquanto que muitos países, a exemplo dos asiáticos, não dão muita importância.

Outros Aspectos

Não somente a atividade industrial, mas a economia como um todo é influenciada pelas determinações em torno da regulamentação de mercado e da atividade. Os fatores que podem afetar a atividade, são apresentados a seguir:

- taxas de juros - as taxas de juros internacionais têm reflexo imediato no custeamento de financiamentos e empréstimos às atividades produtivas;
- sustentabilidade - os critérios de sustentabilidade empregados remetem à conscientização e à preocupação com a matéria-prima e sua condição de renovável;
- certificação - organismos internacionais pregam a necessidade da garantia de procedência da matéria-prima. Deve ser ressaltado que os custos para a obtenção e manutenção dos certificados, inviabilizam a operação para pequenos produtores;



- monitoramento e fiscalização - o reaparelhamento das instituições responsáveis pela fiscalização e monitoramento da exploração e utilização dos recursos florestais, torna-se uma atividade complementar para a garantia de acesso aos recursos;

- automação - a automação e modernização dos equipamentos, sofrem constantes alterações e por si só, reduzem a mão-de-obra empregada. Por outro lado, o processo de modernização requer profissionais mais qualificados e preparados.

2.3. Efeitos Esperados no Comércio

2.3.1. No Âmbito Nacional

Quanto aos Aspectos Macroeconômicos

As reformas tributária, administrativa e fiscal são, sem dúvida, medidas que devem contribuir para o aumento da comercialização e das exportações brasileiras de produtos florestais. Entre os efeitos esperados da adoção das reformas cita-se a redução das taxas de juros que, em consequência, permitirá a retomada do crescimento aumentando os níveis de produção, comercialização e empregos.

Acesso ao Recurso

A eventual implementação de um sistema de concessões para as florestas públicas (FLONAS), deverá facilitar o acesso à matéria-prima, com possibilidade de redução significativa de custos financeiros para a aquisição e manutenção de florestas, e deverá também garantir o suprimento, principalmente para as empresas de pequeno e médio porte que são as mais descapitalizadas. O impacto no comércio dependerá da capacidade e eficiência dos Governos Federal e Estadual de implementar um sistema eficiente de controle.

Desregulamentação

Apesar da tendência de que o controle e monitoramento das florestas deve se intensificar, existe espaço para a melhoria dos aspectos



burocráticos, normativos e de controles na cadeia de comercialização. Um sistema eficiente de controle e monitoramento deve incorporar o conceito de facilitação do comércio.

Investimentos e Mudança de Perfil

Os investimentos em andamento e sua mudança de perfil deverão levar ao aumento significativo nas exportações de produtos originados em florestas plantadas; maior oferta no mercado nacional, principalmente de painéis reconstituídos; entrada de novos produtos como o MDF e o OSB; redução nos preços no mercado doméstico; e o aumento da competição pelo mercado. Esses fatores contribuirão de forma decisiva na melhoria do comércio.

Demanda e Exigências do Consumidor

Com relação às perspectivas de demanda dos produtos de origem florestal, as tendências apontam para o crescimento. O preço continua sendo fator preponderante para o consumidor juntamente com a qualidade, ao ponto de em muitos casos o consumidor abdicar do preço em favor do aspecto qualidade. O componente ambiental ainda não é considerado pelo consumidor nacional.

2.3.2. No Âmbito Internacional

Quanto aos Aspectos Macroeconômicos

As perspectivas acerca dos principais centros consumidores devem manter-se. Os níveis de atividade econômica permanecerão elevados, incrementando também os níveis de comércio.

Esse aumento deve ser verificado tanto internamente, como também nos negócios internacionais, principalmente entre os Estados Unidos e a Europa. O comércio internacional será afetado pela retomada do crescimento no continente asiático.

Acordos de Comércio e Globalização

Cada vez mais os países estão preocupados em garantir suas participações no mercado, buscando o estreitamento das relações



comerciais, além da inserção de seus produtos em novos mercados. As parcerias comerciais devem aumentar, assim como os próprios níveis de comércio.

A globalização, entretanto, continuará promovendo fusões e incorporações de companhias. A evolução tecnológica e uma maior eficiência em toda a cadeia levarão à redução dos custos, fator importante para os produtos florestais competirem com outros produtos.

Acordos Setoriais

Crescerá cada vez mais a importância de acordos entre países, a exemplo do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais (ITTA).

O atual Fórum Intergovernamental de Florestas (IFF) poderá levar a uma convenção sobre florestas, com grande impacto sobre o comércio internacional. É importante, portanto, que governos de países ricos em florestas, acompanhem e controlem o processo.

Demanda e Mercado Global

O crescimento da demanda nos mercados mundiais, a intensificação da comercialização internacional e a elevada competitividade das empresas (novas e atualizadas) baseadas em florestas de rápido crescimento permitirão um aumento significativo no nível de exportações brasileiras.

Exigências do Consumidor

O consumidor busca produtos cada vez mais baratos e de melhor qualidade. A competição das empresas por mercados, será cada vez mais acirrada e dependente dos serviços adicionais que possam oferecer ao cliente, a exemplo da assistência técnica pós venda.

No caso das exigências dos consumidores sensíveis aos aspectos ambientais, como a origem da madeira, os processos de certificação das empresas fornecedoras será cada vez mais importante, enquanto que nos demais mercados, não sensíveis, o componente ambiental levará ainda algum tempo para ter importância.



3. Potenciais Mudanças Estruturais

3.1. Âmbito Nacional

3.1.1. Perspectivas Macroeconômicas

A economia brasileira, desde a implementação do Plano Real, apresentou mudanças estruturais significativas. O fim da era inflacionária, o maior controle sobre os preços pelo mercado, o início de profundas reformas do setor público, entre outras medidas, contribuíram para a estabilização da economia.

Com isso, milhões de consumidores tiveram acesso a produtos e serviços, participando de uma forma mais efetiva na economia. A abertura da economia ao capital estrangeiro acirrou a competição e fez com que as empresas iniciassem um processo de modernização bastante amplo, beneficiando os consumidores com produtos de melhor qualidade a preços mais baixos.

Essas medidas, no entanto, obrigaram as empresas a mudar suas estratégias para competir num mundo globalizado, reduzindo o número de postos de trabalho, sua estrutura de custos e, conseqüentemente, contribuindo para o aumento do desemprego.

O sucesso do Plano Real tem garantido a estabilização da economia, refletido em níveis de inflação comparados a países desenvolvidos. A população de baixa renda foi a que mais se beneficiou do plano econômico. Houve um aumento de consumo de artigos de primeira necessidade e, até mesmo, de produtos que antes eram inacessíveis.

No entanto, a desigualdade social ainda é um problema grave e somente será minimizado a longo prazo. Para a classe média o impacto positivo do plano já não foi tão significativo e ela ainda paga um preço alto pelos serviços que consome. O custo de vida nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, é até mais alto do que em outras metrópoles internacionais.



Apesar de problemas de décadas passadas que ainda persistem e que estão sendo solucionados aos poucos, o Brasil tem grande potencial econômico. Prova disso é o interesse que tem despertado para investidores internacionais, sobretudo devido ao grande mercado que o País representa.

As reformas da economia, da área administrativa, dos sistemas tributário e previdenciário são metas do Governo para garantir a continuidade da estabilidade e, conseqüentemente, a atratividade do Brasil no mercado internacional.

A reforma administrativa tem sido um processo lento, pois um de seus fundamentos é o fim da estabilidade de servidores públicos. A forma encontrada, e que foi implementada para acelerar este processo, foi o programa de demissões voluntárias. A reforma da Previdência Social é o setor onde o governo enfrenta maiores dificuldades, pois trata-se de um sistema bastante complexo e que requer negociações diferenciadas entre diversos segmentos da sociedade.

A questão das finanças públicas é outro problema que o Governo tem enfrentado e sua solução ainda está distante. O problema não é recente. O desequilíbrio das contas da União, Estados e Municípios pode ser considerado como o principal problema macroeconômico do País. As causas principais desse desempenho negativo são o déficit de Estados e Municípios, impulsionados pela política de juros altos. A questão dos juros é muito complexa, porém é um instrumento do Governo para regular o nível de consumo interno e garantir as reservas internacionais. A vantagem é a atração de capital estrangeiro para o mercado interno. Em contrapartida, a dívida pública aumenta muito podendo comprometer a estabilidade da economia.

Outras reformas que ocorreram no decorrer dos quatro anos do Plano Real foram bem objetivas, atraindo investimentos estrangeiros para setores que antes eram restritos ao capital nacional. Uma delas foi a eliminação de discriminações contra empresas estrangeiras, que atualmente adquiriram igualdade de condições com empresas brasileiras.



Questões como a quebra do monopólio da exploração de petróleo e gás natural, navegação de cabotagem e a privatização das empresas de telecomunicações foram medidas que ajudaram a aumentar a credibilidade do Brasil no mercado internacional, possibilitando avanços no desenvolvimento econômico do País.

O Programa Nacional de Desestatização que iniciou no princípio da década de 90, durante o Governo Collor, retomou seu rumo após a venda de grandes estatais, como a CVRD, RFFSA, Telebrás e outros.

O setor financeiro no Brasil foi um dos mais afetados após a introdução do Plano Real, com sua participação no PIB reduzida pela metade após uma forte crise bancária. Essa queda foi devida principalmente ao fim da hiperinflação. A entrada de capital estrangeiro no sistema financeiro no Brasil está trazendo modificações no perfil estrutural deste setor.

As relações do Brasil com o mercado externo também implicaram alterações significativas na balança comercial. A estabilidade econômica e a abertura da economia fizeram com que as importações apresentassem um crescimento muito maior do que as exportações. Isso obrigou o Governo a adotar medidas restritivas, aumentando as taxas de juros e as taxas de importação numa tentativa de frear o consumo e equilibrar a balança comercial.

Com relação à dívida externa, o Brasil tem conseguido nos últimos anos renegociar favoravelmente seus compromissos com o mercado externo, não sendo mais o problema grave que se apresentava na década de 80. Além disso, os juros internacionais estão em níveis mais baixos, colaborando para a minimização desse problema.

No entanto, recentemente a crise nos mercados da Ásia e da Rússia abalaram os mercados a nível mundial. O Brasil foi extremamente afetado, resultando em redução drástica das reservas cambiais, que eram da ordem de US\$ 70 bilhões e atualmente estão pouco superiores a US\$ 40 bilhões. A especulação gerou a fuga de capitais estrangeiros (capital volátil). Isso fez com que o Governo Federal, às vésperas das eleições, fosse obrigado a tomar medidas severas para preservar o capital externo no Brasil. As medidas imediatas foram



aumento de impostos para produtos importados, aumento das taxas de juros, aceleração dos programas de apoio às exportações (desburocratização), dentre outros.

Para minimizar essa situação, o Governo brasileiro recorreu ao FMI para lastrear as reservas cambiais. Isso implicará em imposições pelo FMI ao Brasil, no que diz respeito à reestruturação da área administrativa do Governo e reforma da previdência. Fatalmente também deverão ocorrer aumentos de impostos. Além disso, é também necessário que se facilitem ao máximo as exportações, uma vez que a meta é dobrá-las até 2002.

A decisão do governo dos Estados Unidos pela redução da taxa de juros facilitará e tornará mais ágil o empréstimo que o Brasil necessita para aumentar suas reservas.

As eleições à presidência e aos governos estaduais definiram o cenário econômico e social do País, proporcionando fidelidade às metas estabelecidas na fase inicial dos mandatos. As perspectivas e intenções dos diversos setores da sociedade é de que, como o atual governo permanece na gestão, a continuidade da estabilidade e do programa de reformas na área administrativa, econômica, previdenciária e tributária deverão estar garantidos.

3.1.2. Perspectivas Setoriais

A política integrada e específica para a Amazônia adotada pelo Governo brasileiro foi uma medida importante para a economia daquela região, bem como para o País, frente ao cenário internacional de globalização dos mercados. Essa política é importante para definir novos rumos para a região e para a definição das ações para a construção da Agenda 21.

A intenção do Governo é de implementar suas políticas de modo integrado, seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável. Para isso, o Governo brasileiro criou a Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, ao envolver diversos segmentos da sociedade, submetendo sua aprovação às instâncias dos Governos Federal e Estadual, através do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ).



Tendo essas considerações como base, os novos procedimentos a serem adotados para a região são, principalmente:

- tratamento da questão amazônica como questão nacional;
- incorporação da variável ambiental ao planejamento estratégico nacional e suas repercussões na Amazônia;
- adoção de ações integradas, articulando os setores públicos e privados;
- busca de resultados práticos para o desenvolvimento da região, promovendo o aquecimento da economia local, tendo como base a utilização sustentada de seus recursos naturais.

O processo de privatizações do Governo Federal deve ter impacto positivo para o setor florestal a médio prazo. As principais implicações desse programa são:

- entrada de capital externo no setor industrial, estimulando o desenvolvimento da indústria;
- a estrutura das indústrias tende a aumentar e se tornar mais verticalizada;
- a privatização em si atrairá mais investidores estrangeiros ao Brasil, sendo que parte desses investimentos será direcionada para o setor florestal;
- a privatização das ferrovias trará novas alternativas de transporte para o setor, a custos mais atrativos;
- os custos portuários também tendem a cair à medida que os portos forem privatizados, melhorando sua eficiência e reduzindo principalmente o chamado “custo Brasil”.

3.1.2.1. Formas de Acesso ao Recurso

Florestas Nacionais

Atualmente o Brasil possui mais de 12 milhões de hectares em áreas de Florestas Nacionais. Com a meta de implementar o sistema



de concessão florestal no País, o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA, pretendem aumentar consideravelmente essa área.

As Florestas Nacionais enquadradas na Categoria VIII de uso direto, apresentadas no quadro 3.01, são as áreas que poderão disponibilizar matérias-primas e serão sujeitas a novos mecanismos de acesso.

Região	Estado	Área (ha)
Região Norte	Amazonas	7.362.823
	Rondônia	495.000
	Acre	173.475
	Roraima	2.664.685
	Pará	1.419.600
	Amapá	412.000
Total da Região Norte		12.527.583
Nordeste	Ceará	38.262
Sudeste	Minas Gerais	348
	Espírito Santo	2.931
	Rio de Janeiro	493
	São Paulo	4.347
Sul	Paraná	4.213
	Santa Catarina	7.565
	Rio Grande do Sul	3.445
Centro-Oeste	—	0
Total demais regiões		61.604
TOTAL GERAL		12.589.187

Fonte: Unidades de Conservação no Brasil, Cadastro e Vegetação -1991-1994, MMA / IBAMA

Quadro 3.01 - Áreas de Florestas Nacionais por Região

Concessões Florestais

Uma questão que vem sendo debatida no setor florestal brasileiro é o regime de concessão florestal de áreas florestais públicas.

Essa forma de acesso ao recurso florestal já é empregada há muito tempo em outros países como Estados Unidos, Canadá, Indonésia e Malásia. Obviamente em cada um desses países existem particularidades



na utilização de recursos florestais públicos, principalmente no que diz respeito ao regime de exploração, requisitos técnicos pré-exploratórios, tributação sobre a matéria-prima, entre outros.

No Brasil estão sendo discutidas propostas para otimizar a utilização dos recursos por meio de planejamento da exploração, inventário florestal, necessidade de infra-estrutura, entre outros aspectos, respeitando a capacidade da floresta de se renovar de forma sustentada. A iniciativa privada entrará com os investimentos necessários para a execução dessas atividades. A fiscalização e a gestão do sistema ficarão a cargo do Governo, que poderá intervir se o setor privado não cumprir as regras estabelecidas no regime de concessão.

Antes da efetivação do regime de concessão será necessário que o IBAMA defina as estratégias para as Florestas Nacionais, levando em conta a viabilidade econômica da exploração, no sentido de produzir madeira em escala econômica. Para isso, é necessária uma ação conjunta entre o IBAMA e União, Estados e Municípios.

Esse conjunto de atividades e resoluções é fundamental para se criar uma base de produção florestal, permitindo o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, onde concentram-se as áreas de Florestas Nacionais.

No Brasil todas as florestas produtivas são de propriedade privada e, até o momento, não há concessão de terras públicas, ou seja, das Florestas Nacionais. O Governo, através do IBAMA “controla” a exploração de madeira por meio dos planos de manejo e autorização de exploração das florestas privadas.

Atualmente está em estudo a possibilidade de concessão florestal das Florestas Nacionais de propriedade do Governo Federal. Está em processo experimental a concessão de exploração da Floresta Nacional do Tapajós (600.000 ha) no município de Santarém, no estado do Pará. A experiência está restrita a uma área de 5.000 ha, que deve ser considerado um projeto piloto.

O sistema considera basicamente a concessão de exploração através da venda de madeira em pé, com responsabilidade pela



exploração florestal da empresa adquirente da madeira (obrigatoriamente pessoa jurídica). A condução do manejo dessa área é de responsabilidade do IBAMA.

Em recente trabalho publicado por John Gray, apresentado à UNDP, intitulado “Políticas de Concessão Florestal e Manejo Florestal Sustentado de Florestas Tropicais”, existem considerações e análises importantes sobre o regime de concessão florestal e suas implicações. As propostas para o regime de concessão consideram a estrutura para os contratos de concessão florestal, o sistema de coleta de taxas e os critérios para definição do valor da madeira. As recomendações que podem ser enfatizadas são:

- Definir claramente a posse da terra antes de se efetivar a oferta de concessões. Até mesmo com todas as precauções que se façam necessárias, a concessão de áreas para exploração florestal pode gerar conflitos, uma vez que em vastas áreas de florestas tropicais os limites topográficos são em geral conflitantes;

- As iniciativas de concessões florestais devem partir do Governo, e as áreas a serem consideradas devem levar em conta o interesse pela iniciativa privada por uma determinada área, de forma que se promova a competição, resultando numa melhor performance em termos de receitas e benefícios;

- O controle efetivo por parte do Estado é de extrema importância, tanto na administração quanto no monitoramento das atividades desenvolvidas nas áreas de concessão. Desta forma pode-se garantir a eficiência econômica e ambiental nas áreas de concessão;

- Nos contratos de concessão é importante que se definam claramente as formas de operação, de maneira que proporcionem a proteção e a sustentabilidade nas áreas de concessão para exploração de madeira, a fim de se garantir a utilização dessas áreas também para outras finalidades no futuro;

- As condições dos contratos de concessão e taxas sobre os produtos oriundos das áreas de concessão devem estar vinculados a uma unidade de transformação de madeiras, nos mesmos moldes do



Plano Integrado Floresta - Indústria. Esta medida é importante para que não se possibilite a concentração de concessões em uma única empresa;

- As taxas incidentes sobre as concessões devem refletir o valor da madeira e as áreas totais da concessão. O sistema de recebimento de taxas pode ser facilmente implementado e operacionalizado pelas autoridades competentes envolvidas. A vantagem deste sistema é que propicia a base necessária e cria incentivos para a estruturação de novas áreas de concessão;
- As receitas oriundas das áreas de concessão devem ser direcionadas para um fundo. Este fundo deve servir para as atividades de supervisão e monitoramento, além de servir como suporte ao manejo florestal sustentado, a fim de garantir a produção contínua de madeira e, ao mesmo tempo, a conservação da biodiversidade.

Desregulamentação

A desregulamentação do setor florestal é de extrema importância. Por exemplo, para se produzir madeira de florestas plantadas há necessidade de uma grande quantidade de documentos, autorizações, guias e outros que não são necessários para a agricultura e pecuária. Os pequenos produtores não são incentivados a produzir devido ao excesso de burocracia. O excesso de normas e controles tem-se constituído o principal entrave a implantação de novas florestas.

Para tanto, é necessário remover esses entraves para viabilizar a criação de mais florestas plantadas, estimulando tanto pequenos, quanto grandes produtores.

A consideração de determinadas variáveis pode tornar-se a base para a regulamentação da atividade florestal. A capacidade produtiva, por exemplo, é a principal variável para a regulamentação da atividade, tornando-se a medida para o órgão regulador observar o cumprimento de exigências. De acordo com o tamanho da empresa, ou seja, em função da sua capacidade produtiva o órgão regulador procederá de forma a simplificar ou elevar o nível de complexidade das exigências.

Outra forma de desregulamentação da atividade considera a



extensão e a qualidade da propriedade florestal. A proporcionalidade da tributação em função do tamanho e da qualidade das florestas, trataria de forma equivalente as pequenas e grandes propriedades, inclusive levando em conta a análise qualitativa das mesmas.

3.1.2.2. Perfil dos Investimentos Industriais

Os investimentos industriais de base florestal no Brasil estão concentrados basicamente nos setores de papel e celulose e no setor de produtos de madeira sólida, mais especificamente o setor de painéis de madeira.

O setor de papel e celulose caracteriza-se por empresas de grande porte, sendo que a maioria da produção está concentrada em grandes grupos. Aproximadamente 70% da produção de celulose está em poder de 5 empresas, e a produção de papel conta com 5 empresas que detêm 45% do total produzido.

Esse setor, bem como vários outros, vem sofrendo transformações estruturais de forma cada vez mais acelerada. Isso se deve principalmente à preocupação de diversas corporações com o ritmo da globalização da economia.

As empresas do setor estão em fase de definição de estratégias, sendo que muitas estão buscando parcerias para possibilitar a ampliação da escala de produção, investindo em novas tecnologias, melhorando infra-estrutura, marketing, vendas e gestão de negócios. Com isso, as empresas têm condições de alcançar níveis de competitividade compatíveis com os grandes “players” globais.

Novos Investimentos e Investidores

A possibilidade de que surja um grande grupo brasileiro com as características de “player” global, segundo os analistas, passa também pela hipótese de que a CVRD, através da Celmar, Cenibra e Bahia Sul, juntamente com a Aracruz, que chegariam a uma produção de cerca de 4,6 milhões de toneladas anuais de celulose, formem uma aliança estratégica, aproveitando a participação acionária que já existe entre algumas delas.



O subsetor de chapas de MDF, recém-inaugurado no País, conta com tecnologia moderna, resultado dos altos investimentos realizados. Entre as novas empresas produtoras está a Duratex, que participa com aproximadamente 150.000 m³/ano. A Tafisa, cujo start-up está previsto para início de 1999, deverá produzir volumes próximos aos da Duratex, enquanto que a produção conjunta da Placas do Paraná e Masisa deverá atingir aproximadamente 200.000 m³/ano, segundo estimativas.

Outros investimentos, alguns deles anunciados e outros ainda em fase de estudos, devem ocorrer durante os próximos anos. Os empreendimentos contemplam desde o subsetor de serrados e produtos de maior valor agregado, como também os painéis de madeira. No quadro 3.02 são listadas algumas intenções de investimentos previstas para os próximos anos.

EMPRESA / GRUPO	PRODUTOS	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO (M ³ /ANO)	PREVISÃO PARA START-UP
Tecflor / Araucruz	Serrados e PMVA de Eucalyptus	70.000	1999 (1º. semestre)
Klabir / Boise Cascade	Serrados e PMVA de Pinus	Não divulgado	
Champion / Inpacel	Serrados de Pinus	Não divulgado	
Terranova	Serrados e PMVA de Pinus	120.000	1999 (2º. semestre)
Comfloresta	Serrados e PMVA de Pinus	100.000	1999 (2º. semestre)
CAF	Serrados e PMVA de Eucalyptus	50.000	1999 (1º. semestre)
Duratex	Aglomerado	300.000	2001
Placas do Paraná	MDF	150.000	2000
Berneck	OSB	Não divulgado	
Casa Blanca	OSB	Não divulgado	
Tafisa	MDF / Aglomerado	290.000	1999
Satipel	MDF / Aglomerado	300.000	2001

Fonte: Banco de Dados STCP (PVMA = Produtos de Maior Valor Agregado)

Quadro 3.02 - Intenções de Investimentos

As intenções de investimento no Brasil, considerando o período 1998-2003, representam mais da metade do Produto Interno Bruto atual do País. Cerca de US\$ 12,2 bilhões ou o equivalente a 3% do total são os investimentos programados para o setor classificado como madeira, móveis e papel (veja quadro 3.03). Isso representa um montante aproximado de US\$ 2,0 bilhões por ano em média, no período compreendido entre 1998 e 2003.



SETORES	EM US\$ MILHÕES	EM %
Informática e Telecomunicações	105.694,7	24,8
Serviços Públicos	65.887,1	15,4
Química e Petroquímica	53.356,5	12,5
Transporte e Armazenagem	47.976,1	11,2
Autopeças e Material de Transporte	20.386,8	4,8
Serviços Gerais	20.049,2	4,7
Mineração	16.499,0	3,9
Metalurgia	15.683,2	3,7
Madeira / Móveis / Papel	12.228,9	2,9
Comunicação	11.507,7	2,7
Alimentos	7.597,2	1,8
Outros	50.168,7	11,7
TOTAL	427.035,1	100,0

Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercantil

Quadro 3.03 - *Investimentos Programados para o Brasil no Período de 1998 a 2003 por Setores*

Mudança de Porte e Perfil

Os investimentos em curso, ou seja aqueles planejados e em execução, apresentam modificações principalmente quanto ao porte (maiores volumes de investimentos) e perfil (contemplando tecnologia de ponta). Além disso, as implantações industriais têm usufruído das condições básicas oferecidas em termos de infra-estrutura e de benefícios. Torna-se evidente que os benefícios federais assumiram



um importante papel para a realização dos investimentos. Muitas das inversões em andamento, concretizaram-se em função dos benefícios fiscais e incentivos passíveis de concessão pelos Estados.

A correlação entre os benefícios passíveis de concessão aliados à infra-estrutura existente, confrontados com a quantidade e o volume de investimento realizados em determinados Estados, apresenta-se de forma evidente. É o caso dos Estados de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que apresentam infra-estrutura privilegiada ou oferecem benefícios atrativos suficientes para os investimentos.

Outra observação pertinente é a própria localização geográfica dos investimentos em andamento. As regiões privilegiadas com as decisões de investimentos são o Sudeste e o Sul do País, coincidentemente as regiões mais preparadas não somente no aspecto infra-estrutural, mas em função dos centros de consumo e dos benefícios passíveis de concessão.

Outras Alterações Esperadas

As perspectivas de fomento à comercialização de produtos de base florestal passam também por outras ações que contribuem para o desenvolvimento desse setor. Uma das questões mais importantes é o investimento em infra-estrutura.

Um dos projetos em discussão é da interligação do Atlântico ao Pacífico através do Corredor Bioceânico da Amazônia, que deverá ter seu ponto de partida em Macapá ou Belém, até o porto de Sarameriza, no Peru, através de navegação pelos rios Amazonas, Solimões e Maranhão.

A partir de Sarameriza, a ligação será completada por uma rodovia de 660 km, que cruza os Andes e termina no porto de Paita, no Pacífico. Essa é uma ligação estratégica para o Brasil pois permite uma aproximação com as economias do Pacto Andino - Peru, Equador, Colômbia e Venezuela.

Esses mercados representam atualmente um comércio exterior de US\$ 90 bilhões e quase 100 milhões de consumidores. A efetivação



desse corredor poderia reduzir consideravelmente custos de fretes para outros mercados, tornando os produtos brasileiros mais competitivos frente a outros países exportadores que concentram suas atividades no lado do Pacífico.

3.1.2.3. Consumo e Consumidor

Perspectiva de Demanda

A expectativa de demanda relativamente aos produtos abordados neste trabalho é apresentada neste subitem. Entretanto, deve ser ressaltado que dentro do horizonte ora apresentado, estimado através do consumo dos anos anteriores, poderão ocorrer variações. Tais variações podem ser decorrentes de aumento ou redução da capacidade das unidades produtivas, combinadas com a conjuntura econômica em que o País estiver inserida.

Inicialmente apresenta-se no quadro 3.04 a estimativa de demanda para o carvão vegetal. Deve ser observada uma sensível redução no consumo de carvão vegetal oriundo de espécies nativas, pela redução de disponibilidade deste tipo de matéria-prima, pressões ambientais e dispositivos legais recentes que dificultam a utilização para o carvoejamento. Em contrapartida, a participação do carvão vegetal originário de florestas plantadas tende a aumentar, contribuindo para diminuir a pressão sobre as florestas nativas.



ANO	NATIVAS	PLANTADAS	TOTAL
1998	5.049	20.527	25.576
1999	2.699	21.672	24.371
2000	1.350	22.817	24.167
2001	820	23.963	24.783
2002	300	25.108	25.408
2003	180	26.253	26.433
2004	150	27.398	27.548
2005	85	28.543	28.628

Fonte: Projeção do autor com base na estimativa linear do consumo

Quadro 3.04 - Estimativa da Demanda de Carvão Vegetal (em 1.000 mdc)

A madeira serrada originada de folhosas deve observar acréscimos no consumo, assim como o Pinus (coníferas) e o próprio consumo global destinado à produção de madeira serrada. Somente a Araucária deverá apresentar diminuição no consumo, seguindo a tendência observada nos últimos anos (ver quadro 3.05).



ANO	FOLHOSAS	CONÍFERAS			TOTAL
		ARAUCÁRIA	PINUS	SUBTOTAL	
1998	13.448	56	4.176	4.232	17.680
1999	13.759	21	4.408	4.429	18.188
2000	14.070	-	4.641	4.641	18.711
2001	14.382	-	4.874	4.874	19.256
2002	14.693	-	5.106	5.106	19.799
2003	15.004	-	5.339	5.339	20.343
2004	15.315	-	5.572	5.572	20.887
2005	15.626	-	5.804	5.804	21.430

Fonte: Projeção do autor com base na estimativa linear do consumo

Quadro 3.05 - Estimativa de Demanda de Madeira Serrada (em 1.000 m³)

O consumo de lâminas destinadas à fabricação de compensados, assim como para outros usos, deve observar incrementos, conforme o quadro 3.06. Próximo ao ano 2005 poderá ser observado um aumento médio da ordem de 18,7% no consumo global de lâminas, sendo que o consumo destinado aos compensados deverá representar aumento de 19,5% em relação ao consumo atual.



ANO	CONSUMO DESTINADO A		TOTAL
	COMPENSADOS	OUTROS	
1998	1.846	301	2.147
1999	1.898	307	2.205
2000	1.949	313	2.262
2001	2.001	319	2.320
2002	2.052	325	2.377
2003	2.104	331	2.435
2004	2.155	337	2.492
2005	2.207	343	2.550

Fonte: Projeção do autor com base na estimativa linear do consumo

Quadro 3.06 - *Estimativa da Demanda de Lâminas (em 1.000 m³)*

O consumo de compensados destinados à indústria de móveis e construção civil deverá observar reduções, de acordo com as estimativas apresentadas no quadro 3.07. Isto se deve ao fato do compensado ser alvo de constantes substituições por produtos similares, como é o caso do concorrente MDF, dos móveis e do OSB, cuja aplicação deve ser concentrada na construção civil.



ANO	CONSUMO DESTINADO A		TOTAL
	MÓVEIS	CONSTRUÇÃO	
1998	579	355	934
1999	573	351	924
2000	567	347	914
2001	561	344	905
2002	554	340	894
2003	548	336	884
2004	542	333	875
2005	536	329	865

Quadro 3.07 - Estimativa da Demanda de Compensados (em 1.000 m³)

A demanda de aglomerados no Brasil deverá observar acréscimos da ordem de 35% no período em análise, apesar da concorrência que o aglomerado deverá sofrer pelo MDF. Em termos absolutos, esse acréscimo será de aproximadamente 365.000 m³. Essas informações são apresentadas no quadro 3.08.

A mesma situação das chapas de aglomerado pode ser verificada na demanda das chapas duras de fibra. O consumo deverá ser acrescido em 14,5%, representando, em termos absolutos, cerca de 52.000 m³ (ver quadro 3.09).

ANO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
CONSUMO	1.044	1.096	1.148	1.200	1.252	1.304	1.356	1.408

Fonte: Projeção do autor com base na estimativa linear do consumo

Quadro 3.08 - Estimativa da Demanda de Aglomerados (em 1.000 m³)



ANO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
CONSUMO	357	365	372	379	387	394	402	409

Quadro 3.09 - *Estimativa da Demanda de Chapa Dura de Fibra (em 1.000 m³)*

No relatório estatístico da Associação Brasileira de Celulose e Papel, BRACELPA, são indicadas algumas intenções e projetos de investimento do setor. Deve ser ressaltado, que essas intenções e projetos são destinadas ao aumento da capacidade produtiva das empresas e podem não se refletir na demanda efetiva de papel e celulose. Apresenta-se no quadro 3.10 a expectativa de demanda.

ANO	1998	1999	2000	2001	2002
Celulose (1.000 ton)	4.581	4.623	4.637	6.242	6.544
Papel (1.000 ton)	6.831	6.901	6.958	7.208	7.616

Fonte: BRACELPA

Quadro 3.10 - Estimativa da Demanda de Celulose e Papel à partir das Intenções de Investimento para Aumento da Capacidade

Para o caso do MDF, produto que deverá ser destinado à indústria de móveis e, portanto, é concorrente e substituto do aglomerado e compensado, deverá ser verificado incremento no consumo. A razão para esse acréscimo está concentrada nas novas unidades implantadas ou em fase de estudos, planejadas para a fabricação do produto no Brasil.

ANO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
CONSUMO	139.700	198.500	227.900	257.300	286.720	316.125	345.530	374.940

Fonte: Projeção do autor com base na estimativa linear do consumo

Quadro 3.11 - Estimativa da Demanda de MDF (Em 1.000 m³)



Exigências do Consumidor

O preço é um dos fatores preponderantes no momento da aquisição de produtos pelo consumidor, seja este constituído pelo consumidor final, como por quem adquire para reprocessamento. É o caso da indústria da construção civil, que adquire produtos e serviços com preços cada vez mais reduzidos, entretanto, esses produtos devem suprir suas necessidades.

Outro fator preponderante é a qualidade. Pela qualidade, os consumidores abdicam do fator preço, certificando-se de que na aquisição dos produtos não observarão deficiências qualitativas. Atualmente existe a preocupação das empresas em melhorar a qualidade de seus produtos, inclusive agregando-lhes maior valor. Um exemplo desta preocupação é a certificação, tanto ambiental como em termos de processo e normatização, apesar dos custos de obtenção e manutenção da certificação.

A certificação, além de acarretar altos custos para a própria empresa durante a fase de obtenção e manutenção do certificado, não se traduz necessariamente na ampliação do mercado no âmbito doméstico. A certificação pode facilitar a aceitação e a venda dos produtos no mercado externo, todavia encarece o produto.

3.2. Âmbito Internacional

3.2.1. Perspectivas Macroeconômicas

O PIB do Japão tem apresentado mais recentemente resultados negativos de crescimento, comparado com anos anteriores. Esses resultados não ocorriam desde o início da década de 70. No entanto, o Japão possui um excedente de poupança nacional que é de aproximadamente US\$ 11 trilhões e o superávit da balança de pagamentos de US\$ 120 bilhões. Cerca de 30% dos títulos norte-americanos estão sob a posse dos japoneses.

Como pode ser observado, a economia japonesa tem condições



de ser reativada e tem recursos que possibilitam essa retomada, no entanto esbarra em aspectos políticos e culturais. Recentemente, o governo promoveu mudanças na área econômica e financeira, visando estimular o consumo. Um dos principais problemas do Japão é o volume de créditos que está em posse de economias falidas, e que representam aproximadamente US\$ 600 bilhões.

A Europa vem experimentando uma expansão da economia, sendo que para 1998 o crescimento previsto é da ordem de 3%. Essa tendência deve perdurar pelo menos nos próximos dois anos. A instituição da moeda única contribuiu para a diminuição das taxas de juro e da inflação, projetada para 1,5% em 1998, sendo o nível mais baixo desde o pós-guerra. Essa expansão da economia é resultado do aumento do consumo, em parte auxiliado pela redução do desemprego.

A economia norte-americana observou recentemente uma diminuição no comércio e nos investimentos, que deve permanecer até o começo de 1999. Um aspecto positivo é não existir previsão para aumento na inflação e o nível de desemprego estar estável. A combinação de superávit nos orçamentos federal e estaduais, segurança da moeda e redução das taxas de juros de longo prazo, formam as expectativas positivas para o país.

3.2.1.1. Economia nos Principais Centros Consumidores

Atualmente, os grandes centros consumidores estão concentrados em blocos econômicos que representam associações de países, em geral de uma mesma região geográfica. O objetivo desses blocos de comércio é estabelecer relações privilegiadas entre si, atuando de forma conjunta no mercado internacional.

Os aspectos mais importantes dos blocos econômicos são a redução ou eliminação de alíquotas de importação, permitindo a criação de zonas de livre comércio. No quadro 3.12 são apresentados os principais blocos econômicos com seu perfil sócio-econômico.



BLOCO ECONÔMICO	PAÍSES INTEGRANTES	PIB per capita (US\$)	POPULAÇÃO (milhões de hab.)
ASEAN Associação das Nações do Sudeste Asiático	7	1.260	429,0
APEC Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico	17 1 território	6.370	2.217,0
CARICOM Comunidade do Caribe e Mercado Comum	12 3 territórios	2.770	5,8
MERCOSUL Mercado Comum do Sul	4	4.140	207,7
NAFTA Acordo de Livre Comércio da América do Norte	3	19.350	391,1
PACTO ANDINO	5	1.950	101,5
CEE Comunidade Econômica Européia	15	19.670	372,4
SADC Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento	11	1.060	137,2
CEI Comunidade dos Estados Independentes	12	1.930	285,0

Quadro 3.12 - Perfil Sócio-econômico dos Principais Blocos Econômicos

3.2.1.2. Acordos de Comércio

Acordos de Livre Comércio

Os acordos de livre comércio atualmente existentes envolvem a maioria dos países influentes de cada continente. As configurações dos blocos econômicos tomam por base a situação geográfica na qual os países se encontram.

Existem relações bastante estreitas entre determinados países, formuladas fora do âmbito dos blocos econômicos e planejadas para atender a suas necessidades específicas. Os blocos econômicos, no entanto, estabelecem relacionamentos de forma mais ampla, estendendo seus acordos aos participantes.

Os comentários pertinentes a cada bloco econômico são



apresentados, a seguir, de maneira panorâmica:

- Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), formulada através do comprometimento de todos os governos das Américas, exceto Cuba, para constituição de uma área de comércio, até o ano 2005.

- Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), na qual os países membros decidiram transformar o Pacífico em uma área de livre comércio (as negociações foram adiadas para o ano 2000).

- Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Através de acordo assinado em 1992, serão eliminadas as barreiras econômicas e alfandegárias entre os países membros em 2008.

- Mercado Comum do Caribe (CARICOM). Bloco de cooperação econômica e política. Fomenta a cooperação econômica entre os membros, coordena a política externa e formula projetos comuns na área de saúde, educação e comunicação.

- Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Formada a partir das repúblicas da antiga União Soviética, objetiva manter a associação entre as ex-repúblicas e integrá-las à nova ordem mundial. A CEI organizou-se em confederações de Estados, com vínculos entre si, mas preservando a soberania de cada uma das nações.

- Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Bloco econômico que institui uma zona de livre comércio na América do Sul. A maioria das mercadorias fabricadas nos países membros (90%) circulam livres de alíquotas de importação. Criação de união alfandegária, através da introdução de uma tarifa externa comum (TEC) em relação aos países não-membros. Em 1995 o MERCOSUL assinou um acordo de cooperação inter-regional com a União Européia.

- Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (NAFTA). Estimula o comércio entre os países membros, através da eliminação gradativa de tarifas e barreiras alfandegárias. A diferença deste com os outros blocos econômicos é que o NAFTA não criou zona de livre circulação de mercadorias.

- Pacto Andino. Associação criada em 1969 pelo Acordo de Cartagena, seu objetivo é o desenvolvimento dos países-membros por



meio da integração econômica e social. Em 1991 foi estabelecida uma zona andina de livre comércio.

- **União Européia.** A Comunidade Econômica Européia, bloco formado por 15 países da Europa Ocidental, prevê um mercado interno único e um sistema financeiro e bancário comum, inclusive com moeda própria. Atualmente a UE representa a terceira maior potência em termos de produto interno bruto.

Globalização

O ponto central da globalização é a integração dos mercados, com sua exploração pelas grandes corporações transnacionais. Os Estados abandonam gradativamente as barreiras tarifárias existentes para a proteção de seus mercados, abrindo-se ao comércio e ao capital internacional.

Outro ponto importante do processo são as modificações nos modos de produção, auxiliadas pelas facilidades de comunicação e transportes. As empresas instalam suas fábricas em qualquer parte do mundo que seja privilegiada por vantagens fiscais, mão-de-obra e matéria-prima baratas. Essas tendências levariam a um processo de transferência de empregos dos países ricos para as economias emergentes.

O setor financeiro também vem observando esse processo, que apresenta um enorme incremento das transações comerciais em todo o mundo. Dessa forma, a riqueza acumulada nas nações desenvolvidas não são mais aplicadas em investimentos tradicionais, como a poupança ou os imóveis, mas em complexas operações no mercado de capitais. Tais operações caracterizam o “capital volátil”, assim chamado devido à rapidez com que são transferidos de um mercado para outro.

A crescente concorrência internacional vêm obrigando as empresas a reduzir custos e, simultaneamente, melhorar a qualidade e reduzir os preços dos produtos. Nessa reestruturação são eliminados vários postos de trabalho, gerando desemprego estrutural, causado em grande parte pela progressiva automação que diversos setores vêm adotando.



Outros Acordos

O comércio internacional de madeira é bastante influenciado por protocolos de comércio internacional, como é o caso dos acordos da Organização Internacional do Comércio (OMC) e a Convenção Internacional de Comércio de Espécies Ameaçadas de Extinção (CITES), que possuem, em diversas situações, agendas diferenciadas.

A OMC atua na direção da liberalização do comércio internacional, inclusive o comércio de madeiras tropicais. Seus princípios básicos são de não-discriminação entre produtos similares e eliminação de restrições ao comércio. Já o CITES tem por objetivo proteger espécies ameaçadas restringindo o comércio internacional.

3.2.2. Perspectivas Setoriais

3.2.2.1. Acordos e Outros Instrumentos de Implicação Setorial

No caso das madeiras tropicais, também verifica-se a influência do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais (ITTA), que prevê a promoção do comércio internacional de madeiras tropicais oriundas de florestas manejadas de forma sustentada. Para atingir essa meta, o ITTA apoia a inclusão de todos os custos ambientais e promoção do manejo florestal sustentado através de processos de incentivos e certificação.

A questão do desmatamento de florestas tropicais fez com que aumentasse a preocupação dos consumidores em países industrializados, de uma forma geral, sobre o futuro dessas florestas. Isso gerou uma série de movimentos contrários ao comércio internacional de madeiras tropicais ou, pelo menos, restringiu as importações de produtos provenientes de florestas manejadas de forma sustentada. Uma outra meta do ITTA diz respeito à certificação de origem florestal, que vai ao encontro da vontade recente dos consumidores em países desenvolvidos.

Após reunião da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das



Nações Unidas, em abril de 1995, identificou-se a necessidade de manejar as florestas de forma sustentada. O resultado dessa reunião foi o estabelecimento do Painel Intergovernamental de Florestas. Através dele foi possível orientar as discussões internacionais sobre florestas, atendendo à posição brasileira de que devem ser levados em conta não apenas os aspectos quantitativos relacionados com a proteção ambiental, mas também os aspectos econômicos, sociais e culturais relevantes para a exploração sustentável dos recursos florestais.

O Painel incluiu cinco áreas programáticas, quais sejam:

- Implementação das decisões da United Nations Conference on Environment and Development (UNCED) sobre florestas, considerando os planos nacionais sobre florestas e uso da terra; identificação das causas do desmatamento; proteção do conhecimento tradicional das comunidades locais e grupos indígenas; medidas de apoio ao reflorestamento; situação especial dos países afetados pela desertificação e dos países com pouca cobertura florestal.
- Cooperação internacional em matéria de assistência financeira e transferência de tecnologia.
- Pesquisa científica e avaliação, considerando a revisão de metodologias para avaliação do estado global das florestas e valoração dos produtos e serviços florestais, critérios e indicadores para o manejo de florestas.
- Comércio de produtos e serviços florestais.
- Questões institucionais, considerando a avaliação dos trabalhos dos organismos e convenções internacionais relevantes e exame da necessidade ou não de novos instrumentos internacionais nessa área.

Como resultado das reuniões do Painel, foram abordados outros fatores causadores da degradação florestal, como os padrões atuais de produção e consumo, a pobreza, o crescimento populacional, educação ambiental insuficiente, termos comerciais, práticas discriminatórias de comércio e políticas não sustentáveis de setores como o florestal, o agrícola, as áreas de energia e comércio.



3.2.2.2. Consumo e Consumidor

Perspectivas de Demanda

A redução das fontes de produção asiáticas e a persistência do crescimento da demanda mundial por madeira tropical, que é da ordem de 2,5% ao ano, impulsionaram a vinda de pesados investimentos estrangeiros para o setor florestal na Região Amazônica. Essas oportunidades criaram, de certa forma, uma nova realidade para a região, inserindo-a no mercado globalizado. Isso não significa que a floresta da região esteja sendo globalizada.

São apresentadas, de forma pontual, algumas perspectivas das principais tendências que deverão ocorrer durante os próximos anos envolvendo o setor florestal:

- A atividade de base florestal como um todo, inclusive o setor industrial, deverá observar crescimento gradual nos níveis de atividade durante os próximos anos, porém com taxas menores.
- Nos países asiáticos, deverá ser verificada uma redução na demanda, afetando a atividade local e, conseqüentemente, pressionando a redução nos preços.
- Um cenário diverso ao do continente asiático deverá ser verificado na Europa e nos Estados Unidos. Os níveis de atividade do setor florestal deverão demonstrar crescimento constante, favorecendo a indústria local e indiretamente os parceiros comerciais.

Mercados Selecionados

As perspectivas relacionadas aos aspectos de demanda e de comercialização de produtos de madeira nos mercados selecionados dos Estados Unidos, Canadá e Japão são a seguir relacionadas.

Estados Unidos

O mercado de produtos de madeira nos Estados Unidos apresentam as seguintes tendências:

- A demanda por madeira serrada continua crescente, uma vez



que a construção civil tem apresentado crescimento constante.

- O consumo de madeira serrada em 1997 apresentou um crescimento de 1,7% em relação a 1996.

- A economia favorável deve ter propiciado um aumento de demanda em 1998.

- Os embarques de madeira serrada em 1997 apresentaram um crescimento de 3% em relação ao ano anterior. Em 1998 deve haver uma pequena queda.

- O consumo de painéis de madeira deve permanecer estável em 1998.

- A produção de compensados em 1997 foi aproximadamente 7% menor do que em 1996.

- A produção de OSB experimentou um aumento em 1997 de 11% em relação a 1996.

- As exportações de compensado e OSB aumentaram 37% e 33%, respectivamente.

Canadá

A indústria de madeira serrada do Canadá tem sido extremamente afetada pelos seguintes aspectos:

- Baixa demanda na Ásia, que é seu principal mercado.

- Alto custo da madeira, principalmente aquela proveniente das áreas do governo.

- Redução de cotas de muitas empresas, estabelecidas pelo mercado dos Estados Unidos.

- Redução dos preços de produtos padrão no mercado dos Estados Unidos.

- O consumo de compensado cresceu 16% em 1997 em relação a 1996.

- Apesar dos embarques de compensado terem crescido em torno de 1,5% em 1997, outros mercados apresentaram



enfraquecimento, como as exportações ao Japão que tiveram uma queda considerável no segundo semestre de 1997.

- O aumento de capacidade de produção de OSB resultou também em um maior volume exportado, da ordem de 20%.

Japão

Os principais indicadores para a indústria de base florestal japonesa são apresentados a seguir:

- A perspectiva é de que não haverá crescimento do PIB para 1998.
- A construção civil registrou queda durante 15 meses consecutivos desde o início de 1997, mas deve permanecer no nível que se encontra atualmente.
- No princípio de 1998 o Japão iniciou uma profunda reforma financeira e desregulamentação da economia, a fim de tornar o país mais competitivo.
- Os preços de produtos de madeira continuam baixos e há expectativa de que ainda ocorra redução dos níveis atuais de preços.
- Os estoques de madeira serrada e compensado continuam em níveis altos.
- As tradings japonesas encontram-se em fase de reestruturação e consolidação em função da queda dos preços e da mudança nos sistemas de distribuição.
- Outros países do Sudeste da Ásia, fornecedores de toras, madeira serrada e compensado, continuam a oferecer preços bastante agressivos, seguindo a desvalorização de suas moedas frente ao yen.
- As fábricas da costa oeste dos EUA não estão competitivas em termos de preços.
- As importações de compensado praticamente permaneceram estáveis em 1997 comparativamente a 1996. A Indonésia e Malásia continuam sendo os principais fornecedores do Japão.



Mercado Global

Além dos principais mercados como EUA, Canadá e Japão, o mercado mundial de produtos de madeira apresenta as seguintes perspectivas:

- A produção mundial de madeira serrada de coníferas tem decrescido nos últimos 10 anos, sendo que a principal causa desta queda foi o colapso da indústria de base florestal na Rússia.
- Para 1998 também é esperada uma redução da produção em função da desaceleração da demanda de madeiras de coníferas e da maior oferta de madeira serrada de não coníferas.
- As importações e exportações de madeira serrada de coníferas também devem diminuir em 1998 em função da redução da demanda.
- As questões de oferta e demanda na América do Norte terão impacto sobre outros mercados, uma vez que os EUA é o maior importador e o Canadá o maior exportador, ambos determinam os rumos de outros mercados.

Exigências do Consumidor

As exigências dos consumidores prevalecem, tanto em âmbito nacional como internacional, em busca dos menores preços e de maior qualidade. O preço sempre apresentou-se como um dos fatores preponderantes no momento da aquisição de produtos pelo consumidor. Esse é um fato que se verifica na indústria da construção civil, que adquire produtos e serviços com preços cada vez mais reduzidos, mas que estejam aptos a suprir suas necessidades.

Outro fator de extrema importância para o consumidor é a qualidade. Atualmente existe a preocupação das empresas em melhorar a qualidade de seus produtos, inclusive agregando-lhes maior valor. Um exemplo desta preocupação é a certificação, tanto ambiental como em termos de processo e normatização, apesar dos custos de obtenção e manutenção da certificação.



Certificação

A questão da certificação florestal no Brasil tem sido largamente debatida entre representantes de associações de classe, empresas e institutos de pesquisa.

Existem duas iniciativas tramitando paralelamente. Uma objetiva a certificação no nível nacional e a outra com base na estrutura do Forest Stewardship Council (FSC). A preocupação maior tem sido por parte das empresas exportadoras, que necessitam cada vez mais desenvolver estruturas de certificação para poder enquadrar seus produtos no mercado externo. Produtos não certificados têm sido alvo de barreiras comerciais. Por outro lado, tem sido pregado, por organizações não-governamentais e instituições certificadoras, que produtores de pequeno porte poderiam utilizar a certificação como uma forma de conquistar novos mercados.

O Brasil tem sido constantemente alvo da comunidade internacional no que diz respeito à destruição de seus recursos florestais, principalmente os da Região Amazônica. Uma questão recente foi a moratória imposta ao mogno, restringindo sua exploração por dois anos. O Governo tem buscado novas medidas para dar credibilidade a seus produtos florestais, e a certificação tem sido proposta e discutida como uma forma de melhorar essa credibilidade.

CERFLOR

O setor florestal e a indústria de base florestal estão desenvolvendo um processo de certificação denominado Certificado de Origem de Matéria-Prima Florestal (CERFLOR). Essa iniciativa foi tomada pela Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) em 1991 e após alguns anos a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) foi contratada para desenvolver, implementar e administrar o programa de certificação, conhecido hoje como ABNT/CERFLOR. Essa associação foi feita de forma a garantir que a certificação seja adequada e compatível com os padrões internacionais.

Foi criado um comitê técnico para certificação florestal para o programa, que faz parte da Comissão de Certificação da ABNT e da



implementação do Programa do Selo Verde. Além disso, foi desenvolvido um documento preliminar estabelecendo critérios para certificação de florestas plantadas. Esse processo foi considerado como um primeiro passo para expandir o programa para as florestas nativas.

A intenção é aplicar a certificação com contrapartida voluntária. Além disso, este sistema será não-discriminatório e aplicado de forma gradual nas empresas. A meta é obter reconhecimento internacional para servir de base a um comércio isento de restrições e barreiras.

FSC

O Forest Stewardship Council (FSC) é uma entidade internacional que já possui um escritório no Brasil e tem empresas credenciadas no mundo inteiro. No Brasil o IMAFLORA, uma organização não-governamental, é credenciada como certificadora de florestas e seus produtos. As Indústrias Klabin de Papel e Celulose foram recentemente certificadas pelo FSC.

3.2.2.3. Outros Fatores

Mudanças em Países Competidores

Depois de um leve decréscimo registrado nos últimos anos na atividade industrial de madeiras e de móveis, a Alemanha espera um crescimento de 4% para 1998 e sustenta a expectativa da manutenção desse crescimento nos próximos anos. Esse movimento no nível de atividade industrial esperado para a Alemanha pode ser considerado como generalizado na Europa. Países como Áustria, Espanha, Itália, República Tcheca, entre outros, mantêm as previsões tanto para as exportações como para a manutenção do nível de atividade.

Outros Aspectos

Não somente a atividade industrial, mas a economia como um todo é influenciada pelas determinações em torno da regulamentação de mercado e dessa atividade. Os fatores que podem afetar a atividade, primordiais para o desenvolvimento, são apresentados pontualmente e merecem a atenção de todos os setores, principalmente o setor exportador.



- Taxas de juros – as taxas de juros internacionais têm reflexo imediato no custeamento de financiamentos e empréstimos às atividades produtivas. Devido à escassez de recursos no mercado interno, os bancos e instituições creditícias normalmente utilizam recursos externos para formalizar as operações, repercutindo em altos custos aos empreendedores.

- Sustentabilidade na atuação das empresas de âmbito florestal – os critérios de sustentabilidade empregados remetem à conscientização e à preocupação com a matéria-prima e sua condição de renovável, desde que observados os princípios e critérios da sustentabilidade.

- Certificação – preocupados com a origem da matéria-prima empregada no processo produtivo, organismos internacionais pregam a necessidade da garantia de procedência. Não restam dúvidas que o processo de certificação é um grande passo para a abertura de mercados, principalmente o externo. Mas deve ser ressaltado que os custos para a obtenção e principalmente a manutenção dos certificados, na maioria dos casos, inviabilizam a operação para pequenos produtores.

- Monitoramento e fiscalização – o reaparelhamento das instituições responsáveis pela fiscalização e monitoramento da exploração e utilização dos recursos florestais, torna-se uma alternativa complementar para a garantia de acesso aos recursos. Esse aspecto deve ser observado não apenas junto à iniciativa privada como às concessões de florestas públicas.

- Automação – a automação e a modernização dos equipamentos envolvidos no processamento sofrem constantes alterações e, por si só, reduzem a mão-de-obra empregada. Por outro lado, o processo de modernização requer profissionais mais qualificados e preparados.



4. Efeitos no Comércio de Produtos Florestais

4.1. No Âmbito Nacional

4.1.1. Aspectos Macroeconômicos

O principal foco das atenções relativas aos aspectos macroeconômicos do País está voltado à necessidade de implementação de reformulações na estrutura administrativa, previdenciária e, principalmente, na área tributária.

A principal intenção das revisões é a busca do equilíbrio na situação orçamentária do País, revertendo a conjuntura deficitária observada. Os efeitos dessas revisões, compromissadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), poderão garantir a continuidade do aporte de recursos necessários à retomada do crescimento em bases sustentadas.

Essas reformulações são o pressuposto básico para uma série de outros efeitos. O efeito mais importante, e também o mais esperado, é a redefinição da política de juros, que em consequência permitirá a retomada do crescimento aumentando os níveis de produção, comercialização e empregos.

Com relação ao setor florestal, as reformas em curso são sem dúvida medidas que contribuirão no aumento da comercialização e das exportações brasileiras de produtos florestais.

4.1.2. Acesso ao Recurso

A implementação de um sistema de concessões para as florestas públicas (FLONAS) deverá facilitar o acesso à matéria-prima com possibilidades de redução significativa de custos financeiros para a aquisição e manutenção de florestas e para garantir o suprimento, principalmente das empresas de pequeno e médio porte que são as mais descapitalizadas.



O impacto no comércio dependerá da capacidade e eficiência do Governo Federal e dos Governos Estaduais de implementar um sistema eficiente. O principal impacto esperado, além da melhoria da comercialização, será a formação de pólos industriais com características de efetiva sustentabilidade de toda a cadeia.

Ressalta-se a importância de que as receitas geradas no sistema sejam aplicadas na região para a supervisão e monitoramento das operações florestais, para conduzir efetivamente o manejo florestal sustentado, a fim de garantir a produção contínua de madeira e a conservação da biodiversidade. Devem ser também aplicadas em melhorias de infra-estrutura regional para dar melhores condições de acesso às florestas e permitir o escoamento da produção para os centros consumidores.

4.1.3. Desregulamentação

Apesar da tendência do controle e monitoramento das florestas se intensificar, existe espaço para a melhoria dos aspectos burocráticos, normativos e de controles na cadeia de comercialização.

Espera-se que o setor público, responsável pela elaboração das regulamentações, flexibilize determinadas regras impostas na comercialização e que dificultam e burocratizam os processos.

Um sistema eficiente de controle e monitoramento deverá ter incorporado ao conceito de facilitação do comércio. Com isso, setor privado na área florestal terá condições de competir em outros mercados, desde que haja uma legislação que o apoie e permita que os trâmites comerciais sejam menos engessados.

Para tanto, é necessário remover esses entraves para viabilizar a implantação de mais florestas plantadas, estimulando tanto pequenos quanto grandes produtores.



4.1.4. Investimentos e Perfil

Os investimentos em andamento e a mudança de perfil, deverá levar a um aumento significativo nas exportações de produtos originados em florestas plantadas, uma maior oferta no mercado nacional, principalmente de painéis reconstituídos, entrada de novos produtos como o MDF e o OSB, redução nos preços no mercado doméstico e o aumento da competição pelo mercado. Estes fatores contribuirão de forma decisiva na melhoria do comércio.

Como pode ser observado, os efeitos esperados na melhoria da comercialização é resultante da localização geográfica dos investimentos em andamento, ou seja, as regiões privilegiadas com as decisões de investimentos são o Sudeste e o Sul do País, coincidentemente as regiões mais preparadas não somente no aspecto de infra-estrutura, mas em função dos centros de consumo e dos benefícios passíveis de concessão.

Nesse sentido, as perspectivas de fomento à comercialização de produtos de base florestal de outras regiões do Brasil, em particular da Região Norte, passam por questões relacionadas ao investimento em infra-estrutura.

4.1.5. Demanda e Exigências do Consumidor

Com relação às perspectivas de demanda dos produtos de origem florestal, as tendências para o mercado nacional apontam para o crescimento. Os setores de papel e celulose e de madeira sólida como a madeira serrada e os painéis deverão apresentar desempenhos positivos principalmente após a implementação de um programa de facilitação da comercialização.

Com referência às aspirações do consumidor, o preço continua sendo fator preponderante juntamente com a qualidade, ao ponto de, em muitos casos, o consumidor abdicar do preço em favor do aspecto qualidade.

O componente ambiental, como os aspectos relacionados ao



manejo florestal sustentado, ainda não é considerado pelo consumidor nacional no momento da aquisição de produtos de madeira.

4.2. No Âmbito Internacional

4.2.1. Economia nos Principais Centros

As perspectivas acerca dos principais centros consumidores concentrados em blocos econômicos devem manter-se. Os níveis de atividade econômica permanecerão elevados, incrementando também os níveis de comércio.

As recentes mudanças promovidas pelo governo japonês na área econômica e financeira visaram ao estímulo do consumo. O efeito esperado destas e de outras medidas é a retomada do crescimento da economia como um todo.

O aumento dos níveis de comércio deve ser verificado tanto internamente, como também nos negócios internacionais, principalmente entre os Estados Unidos e a Europa. O comércio internacional será também afetado pela retomada do crescimento no continente asiático.

4.2.2. Acordos de Comércio e Globalização

Cada vez mais os países estarão preocupados em garantir suas participações de mercado, buscando o estreitamento das relações comerciais e a inserção de seus produtos em novos mercados. As parcerias comerciais dentro dos blocos econômicos, bem como os acordos bilaterais, deverão se intensificar tanto como os próprios níveis de comércio.

Os aspectos relacionados à redução ou eliminação de alíquotas de importação dentro dos blocos econômicos tendem a se aperfeiçoar, diminuindo as barreiras de proteção e ampliando o comércio.

A globalização, entretanto, continuará promovendo fusões e



incorporações de companhias. A evolução tecnológica e uma maior eficiência em toda a cadeia levará à redução dos custos, importantes para os produtos florestais competirem com outros produtos.

4.2.3. Acordos Setoriais

Crescerá cada vez mais a importância de acordos entre países, a exemplo do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais (ITTA). No caso específico do ITTA, os efeitos esperados levam ao aumento dos níveis de comercialização de produtos florestais, mas incluindo todos os custos ambientais e a promoção do manejo florestal sustentado através de processos de incentivos e certificação.

O atual Fórum Intergovernamental de Florestas (IFF) poderá levar a uma convenção sobre florestas, com grande impacto sobre o comércio internacional. É importante, portanto, que governos de países ricos em florestas acompanhem e controlem o processo.

Os efeitos esperados decorrentes da atuação destes acordos dizem respeito a uma gradativa melhora dos problemas de degradação florestal, diminuição dos níveis de pobreza, incentivo à educação ambiental, eliminação das práticas discriminatórias de comércio e reformulação das políticas não sustentáveis de setores como agricultura, floresta, energia e comércio.

4.2.4. Demanda e Mercado Global

O crescimento da demanda nos principais mercados mundiais a exemplo dos Estados Unidos, Europa, Canadá e a manutenção dos níveis atuais do Japão, a intensificação da comercialização internacional e a elevada competitividade das empresas novas e atualizadas, baseadas em florestas de rápido crescimento, permitirão um aumento significativo no nível de exportações brasileiras.

As oportunidades identificados em mercados emergentes muito grandes, como é o caso da China, permitem reforçar as possibilidades de aumentar significativamente as exportações brasileiras. Neste caso, as expectativas referem-se não só de madeiras de rápido crescimento,



como os produtos de madeiras originados em florestas tropicais.

Um dos efeitos decorrentes da redução das fontes de produção asiáticas, a exemplo da Malásia e Indonésia, e da persistência do crescimento da demanda mundial por madeira tropical, reflete-se na vinda de pesados investimentos estrangeiros para o setor florestal da Região Amazônica, criando, de certa forma, uma nova realidade desenvolvimentista para a região. Torna-se inevitável sua inserção no mercado globalizado não significando, porém, que a floresta da Amazônia brasileira esteja sendo globalizada.

4.2.5. Exigências do Consumidor e Certificação

Com referência às exigências do consumidor, este terá produtos cada vez mais baratos e de melhor qualidade. A competição das empresas por mercados, será cada vez mais acirrada e dependente dos serviços adicionais que possam oferecer ao cliente, a exemplo da assistência técnica pós-venda.

No caso das exigências dos países consumidores sensíveis aos aspectos ambientais (origem da madeira), os processos de certificação das empresas fornecedoras, será cada vez mais importante, enquanto que nos demais mercados não sensíveis ao componente ambiental, como os da Ásia, levará ainda algum tempo para esse fator adquirir importância.

A questão da certificação florestal tem sido pregada por organizações não- governamentais e instituições certificadoras, como forma para os produtores de pequeno porte conquistarem novos mercados.

Esta alternativa para a melhoria da comercialização, especificamente para os pequenos, somente terá efeitos positivos se o processo de certificação for incentivado e subsidiado, pois os pequenos produtores não possuem capacidade financeira para suportar os custos decorrentes não somente do processo de certificação, como para manter os técnicos qualificados necessários a manutenção do sistema.



5. Conclusões

As conclusões mais relevantes quanto às perspectivas estruturais para a comercialização de produtos florestais são a seguir resumidas:

No Âmbito Nacional

- Reformas na área econômica, administrativa, financeira e previdenciária trarão certamente impactos significativos sobre a comercialização em geral, incluindo os produtos de base florestal.
- As quebras de monopólios e o programa nacional de privatizações vêm melhorando os serviços em geral e facilitando o desenvolvimento da comercialização.
- O suporte financeiro dado ao Brasil pelo FMI, Banco Mundial e alguns países possibilitaram o lastreamento da economia. No entanto, diversas medidas imediatas e de médio a longo prazo foram impostas pelos credores. Essas medidas trarão muitas dificuldades a serem enfrentadas pela população nos próximos anos.
- A Política Nacional Integrada para a Amazônia foi medida importante para aquela região. Isto contribuirá para a promoção do aquecimento da economia local, tendo como base a utilização sustentada de seus recursos naturais.
- O excesso de burocracia, normas, controles e a instabilidade institucional e administrativa têm desmotivado a implantação e florestas e o manejo das nativas. Desta forma a desregulamentação e a estabilidade são de extrema importância para o desenvolvimento do setor.
- A entrada no Brasil do capital estrangeiro trará modificação no perfil das indústrias, fazendo com que as empresas se tornem mais verticalizadas.
- A implementação dos sistemas de Concessões para as Florestas Nacionais, deverá facilitar o acesso à matéria-prima com possibilidades de redução significativa de custos financeiros para a aquisição e manutenção de florestas e para garantir o suprimento principalmente



das empresas de pequeno e médio porte, que são as mais descapitalizadas.

- As perspectivas de fusões de empresas é uma realidade cada vez mais freqüente. Os setores de celulose e papel e dos painéis reconstituídos (MDF, Aglomerados e outro) são os que apresentam as maiores mudanças, consolidando a posição brasileira no cenário mundial.

- A componente ambiental ainda não é considerada pelo consumidor nacional e, a médio prazo, não existe espaço para a certificação.

No Âmbito Internacional

- Os blocos econômicos adquirem maior poder de negociação perante o mercado mundial, através do estabelecimento de relações privilegiadas.

- O Acordo Internacional de Madeiras Tropicais (ITTA) é o único instrumento setorial, para a promoção do comércio internacional de madeiras tropicais de florestas manejadas de forma sustentada.

- O preço continua sendo fator determinante na preferência do consumidor, mas o aspecto de qualidade tem adquirido importância cada vez maior.

- As exigências relacionadas ao meio ambiente vão continuar crescendo nos países que são mais sensíveis a este componente, como a Holanda, Alemanha, Reino Unido, enquanto que outros, a exemplo dos asiáticos, não dão importância maior a esse fator.

- As medidas em análise na OMC, como medidas não tarifárias, barreiras sanitárias e fitossanitárias e direito antidumping tornarão as negociações cada vez mais complexas. Isso exigirá dos países um esforço considerável para a defesa de seus interesses, precavendo-se de eventuais riscos de sanções comerciais.

- Ainda que muitas restrições estejam sendo reduzidas, as



barreiras comerciais continuarão a ser um dos problemas que os exportadores de produtos florestais deverão superar. As barreiras comerciais existem por uma série de razões, principalmente a proteção de indústrias do mercado doméstico. Essas barreiras se aplicam tanto para países desenvolvidos com aos países em desenvolvimento.

- A comercialização internacional de produtos florestais é, de certa forma, afetada por acordos e convenções que causam impacto em toda a cadeia produtiva. Nesse contexto, as novas regras de comércio a serem discutidas na Organização Mundial do Comércio entre os 132 países membros, na “Rodada do Milênio”, trarão conseqüências importantes, com um alto grau de complexidade.



Bibliografia

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ***Certificação de Origem Florestal - ABNT/CERFLOR***. 1997. 15 p.

BOURKE, I. J. e LEITCH, J. ***Trade Restrictions and Their Impact on International Trade in Forest Products***. 1998. FAO. 22p.

Brasil. ***Relatório Estatístico 1997: o setor de celulose e papel***. São Paulo: BRACELPA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL.. 182 p. 1997.

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR. ***Termo de Referência para o Programa de Ação e Sistema de Gestão do Programa Especial de Exportações - SGPEE: expandindo as exportações brasileiras e sua efetiva contribuição para a estabilização duradoura da economia nacional***. Brasília, DF, 1998. 43 p.

CCSIVAM/MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. ***Políticas Florestais e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: O SIVAM e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia***. 1997. 20 p.

CNI - Confederação Nacional da Indústria. ***Agenda Legislativa da Indústria***. Confederação Nacional da Indústria - CNI, Conselho de Assuntos Legislativos - COAL, Coordenadoria de Assuntos Legislativos - CAL. Brasília - DF, 1998. 77 p.

Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE. ***ZPE: Zonas de processamento de exportação: legislação***. Brasília - DF, 1994. 112 p.

CROW'S. FOREST INDUSTRY JOURNAL. Portland, USA. 1998, nº. 2.

EUROPEAN FOREST INSTITUTE. ***Introducing Forest Certification: Discussion Paper 1***. Joensuu, Finland. 1998. 32 p.



EUROPEAN FOREST INSTITUTE. **Potential Markets for Certified Forest Products in Europe**. Discussion Paper 2. Joensuu, Finland. 1998. 24 p.

FAO. **Genetic Resources of Swietenia and Cedrela in the Neotropics: Proposals for Coordinated Action**. por F. P. VALERA. 1997. Rome, Italy: 1997. 58 p.

FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná. **Sistema de Indicadores Conjunturais da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba - PR, 1997. 24 p.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Defesa comercial do Brasil é acanhada: avaliação é que crise global obrigará o país a ser mais agressivo para reduzir déficit da balança**. 20/09/98.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Governo lançará novo plano para exportar: programa especial sairá em setembro, com seis meses de atraso, mas resultados não serão rápidos**. 16/08/98.

GASPARETO, O. **O Mogno, Swietenia Macrophylla (King)**. 39 p.

GAZETA MERCANTIL. **Botafogo pretende formar "cultura exportadora"**. 23/04/98.

GAZETA MERCANTIL. **Brasil é frágil na negociação com OMC**. 10/08/98.

GAZETA MERCANTIL. **Brasil lança programa especial de incentivos**. 31/08/98.

GAZETA MERCANTIL. **CAMEX define regras de seguro para exportação**. 27/08/98.

GAZETA MERCANTIL. **Comércio exterior é prioridade, diz FHC**. 15/07/98.

GAZETA MERCANTIL. **Economistas discutem política indus-**



trial de FHC. 28/03/98.

GAZETA MERCANTIL. **EUA serão principal alvo das exportações: com o apoio de entidades empresariais, foram criadas 12 gerências, com metas individuais a serem atingidas até 2002.** 04/09/98.

GAZETA MERCANTIL. **Governo amplia a lista dos “ex-tarifários”: a partir de agora serão 1.445 produtos, sem similares nacionais, que terão as alíquotas de importação reduzidas de 20% PARA 5%.** 13/08/98.

GAZETA MERCANTIL. **Governo redefine prioridades da economia: principal objetivo é transformar o país numa potência exportadora, duplicando as vendas axternas até o ano 2000 para R\$ 100 bilhões anuais.** 28/03/98.

GAZETA MERCANTIL. **Madeira conquista mercado: a suíça Precious Woods exporta a acaicuara brasileira** 11/09/98.

GAZETA MERCANTIL. **Mendonça revê projeções para balanço: crescimento deve ficar em 5% este ano, afirma Mendonça de Barros; secretário nega medidas para conter importações.** 03/09/98.

GAZETA MERCANTIL. **Nova política de comércio exterior.** 07/04/98.

GAZETA MERCANTIL. **Pequenas empresas terão receita de exportação antecipada.** 07/04/98.

GAZETA MERCANTIL. **Programa vai alavancar exportação: estimativas apontam investimentos de US\$ 124 bilhões por 55 setores da economia.** 09/09/98.

GAZETA MERCANTIL. **Setores que receberão estímulo.** 06/04/98.



GAZETA MERCANTIL. *Uma nova mobilização para exportar*. 14/08/98.

GLOBAL - **COMÉRCIO EXTERIOR E TRANSPORTE**. n.º 4. 130 p.

GLOBAL - **COMÉRCIO EXTERIOR E TRANSPORTE**. n.º 7. 78 p.

<http://www.eloassessoria.com.br> - **InformNet ELO Assessoria**

IIED - INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Private sector forestry: a review of instruments for ensuring sustainability**. London, UK: Forestry and Land Use Series, 1997, n.º. 11.

IIED - INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Towards a Sustainable Paper Cycle**. London, UK., 1996. 258 p.

INCORPORATING TIMBER & PLYWOOD BOARD NEWS WOOD & TIMBER CONSTRUCTION, TTJ. n.º. 6137. 1995. 32 p.

INDUFOR OY. **Finish Forest Certification Project**. 1998. n.º. 5, 4 p.

INFORMAÇÃO SEMANAL CACEX. Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 1985. n.º. 958

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA, IMAZON; MMA; FAO; PNUD. **Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Mogno: Síntese da Situação do Mogno, a Nível Internacional**. Brasília - DF, 1998. 18 p. Organizadores: A. Veríssimo e J. Grogan.

ITC - International Trade Centre UNCTAD/WTO. **Secondary Processed Wood Products: an overview of major markets 1996-1997**. Geneva, 1998. 93 p.



ITTO - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MADEIRAS TROPICAIS, IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, FUNATURA - FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA. ***Exportação de Produtos Florestais Brasileiros***. 1997. 9 p.

MAHENDRA, L. J. - ***Impact of International Tropical Timber Trade on the Amazon Rainforest***. UNDP/BFSD: Rio de Janeiro - RJ, 1997. 17 p.

NATIONAL RESOURCES CANADA. ***State of Canada's Forests: learning from history 1996-1997***. Ottawa, Canada, 1997. 128 p.

O ESTADO DE SÃO PAULO. ***Brasil tem potencial em 14 produtos: redução do custo Brasil e esforço exportador especial elevariam vendas de bens competitivos***. 05/06/98.

O ESTADO DE SÃO PAULO. ***Exportações de manufaturados: grupos de produtos que o Brasil pode apoiar com mais chances de sucesso***. 05/06/98.

PRADO, A. C. ***Uso Sustentável dos Recursos Florestais no Brasil***. Brasília - DF. 27 p.

PULP & PAPER INTERNATIONAL. n.º 9, 1997. 66 p.

SCANDIACONSULT NATURA; PROGRAMA DE DESAROLLO FORESTAL INDUSTRIAL; ASDI - CÂMARA FORESTAL DE BOLÍVIA / PROMABOSQUE. ***Study of Natural Regeneration of Mahogany in Bolivia: Preliminary results***. por L. G. MARKLUND. 1998.

SEDJO, R. A., GOETZL, A. e MOFFAT, S.O. ***Sustainability of Temperate Forests***. USA, 1998. Resources for the Future. 102 p.

SUMA ECONÔMICA. Editora Tama Ltda. n.º. 239.



TRAFFIC - TRADE RECORDS ANALYSIS OF FLORA AND FAUNA IN COMMERCE. ***El Apéndice III de CITES y el Comercio de la Caoba (Swietenia Macrophylla)***. Cambridge, UK, 1997. 25 p.

TREVISAN. n.º. 115. 1997. 48 p.

TREVISAN. n.º. 117. 1997. 48 p.

TREVISAN. n.º. 125. 1998. 48 p.

UNDP - UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. ***Concession Policies and Sustainable Forest Management of Tropical Forests.*** por J. A. Gray. 1997.

WOOD MARKETS QUARTERLY. - ***The International Solid Wood Report. n.º. 3.*** 16p.

ZERO HORA. ***A pilhagem da Amazônia*** 19/07/98.



PNF

Programa Nacional
de Florestas

**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE**

**GOVERNO
FEDERAL**



PPG7

ProManejo
Projeto de Apoio ao Manejo Florestal
Sustentável na Amazônia

DFID Department for
International
Development



undp